



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**TERMO**

**Referência:** Processo Administrativo n. 0033.088633/2022-78. Pregão Eletrônico n. 778/2022.

**Procedência:** Equipe de licitação ALFA/SUPEL.

**Interessado:** Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

**Objeto:** Registro de preço para futura e eventual aquisição de coturno estilo bota tática e cinto de guarnição com acessórios para compor os uniformes dos policiais penal, visando atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Justiça.

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo. vinculação ao instrumento convocatório, amostra, análise do objeto, Improcedente. Parcialmente Procedente.

## I - ADMISSIBILIDADE

Dispõe o Artigo 44, do Decreto Estadual 26.182/2021 alinhado ao 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02, que:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. § 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias. Artigo 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos...”

De acordo com o Edital – item 14 e subitens - os recursos devem ser interpostos tempestivamente nos prazos prescritos em lei (Lei 10.520/02), bem como de forma escrita e com a necessária fundamentação.

Verifica-se que a peça recursal da recorrente foi anexada ao sistema Comprasnet em tempo hábil, conforme prevê a legislação em vigor.

## II - DA SÍNTESE DO RECURSO

Inicialmente, a Empresa PROBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, interpôs Recurso Administrativo no qual apresenta inconformismos com a decisão que a inabilitou para os itens 01

e 02 , alegando que:

a) [...] **não concorda com a sua desclassificação, tendo em vista que a análise se pautou em catálogo, inexistindo apreço em amostra física do produto, pautando-se em critérios extra editalícios e subjetivos. as razões recursais** serão detalhadas no prazo legal, mas, de antemão, ressalta que a proposta seguiu estritamente as vias editalícias; o prospecto foi anexado; marca e modelo cristalinamente informados; tudo conforme exigido em edital.

b) **VÍCIO DE MOTIVAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL.**, A Análise Técnica relacionou alguns motivos conclusivos para o não atendimento da proposta apresentada pela empresa Recorrente.

I - "*o folder apresentado pela Recorrente não traz cópia do descritivo constante em sede editalícia, em síntese, descreve os principais materiais utilizados na confecção do Coturno, materiais estes que hoje no mercado são considerados de ALTA QUALIDADE E TECNOLOGIA DE PONTA.[...] E, a partir do momento que a licitante declara estar de acordo com o edital e todos os seus anexos, é porque o que foi relacionado no Termo de Referência é atinente ao objeto/produto que possui para fornecimento em todas as suas características.*

II - *Ademais, se a equipe técnica não possuía elementos suficientes para atestar a qualidade e eficiência do produto, oportuno seria a solicitação de amostra para a real análise do calçado almejado, conforme predispõe o item 10 do Termo de Referência.*

III - *Alega ainda que "não existe modelo no site da empresa para atender ao Órgão, primeiro que a empresa é revendedora, e não possui site. Quanto ao site da empresa fabricante, é destinado ao público de VENDAS PRIVADAS, que difere completamente do sistema interno licitatório que a licitante e fabricante possuem, que predispõe os seus produtos de acordo com as exigências editalícias. A página comercial da fabricante é totalmente destinada ao comércio privado que ela possui, por isso em nenhum momento qualquer informação foi vinculada destas páginas ao pregão pela empresa licitante."*[...]

IV - *Por fim, alega que , "[...]o documento apresentado pela Recorrente possui todas as informações necessárias a respeito do produto ofertado, contendo FOTO E ELEMENTOS PARA A SUA IDENTIFICAÇÃO COMPLETA." [...] REITERA-SE. Se a Equipe Técnica se encontrava carente de informações para julgar o calçado, justo e correto seria a solicitação de amostra para aferir minuciosamente o Coturno, agindo em estrito respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com efeito, há de se reconhecer que a equipe técnica não possuía poderes legítimos para concluir que o calçado ofertado não atende ao edital.*

c) **Conclui com seu pedidos:**

I - A Recorrente ATENDE AOS REQUISITOS EDITÁLICIOS, oferece o produto nos moldes do termo de referência, e são irreais quaisquer irregularidades apontadas, uma vez que a proposta se encontra perfeitamente alinhada às condições convocatórias, INEXISTINDO motivos ensejadores respaldáveis para a desclassificação.

II - Por todo o exposto, o que se PEDE é que seja provido o presente Recurso Administrativo para que seja reformada a Decisão Administrativa que desclassificou a Recorrente (e a habilitação e classificação, como vencedora provisória do certame, da licitante (ESCUDO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALÇADOS EPI LTDA), declarando a Recorrente.

### III - DAS CONTRARRAZÕES

Não houve contrarrazões .

### IV - DO MÉRITO

Cumpre dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, estão em perfeita consonância com as determinações legais, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência, bem como ao julgamento objetivo e vinculação ao Instrumento convocatório, bem como os demais princípios que lhe são correlatos.

As formalidades descritas no instrumento convocatório foram alinhadas ao Termo de Referência, e devem ser cumpridas, sem que se deixe de observar, contudo, os fins a que se destinam, assim, excessos de rigorismo não podem afastar competidores e prejudicar os usuários, conforme previsão nos termos do edital.

"24.11. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação."

Deve-se, portanto, afastar as exigências inúteis ou excessivas que possam diminuir o caráter competitivo do certame, possibilitando à Administração a escolha da proposta que lhe seja mais vantajosa.

O art. 2º, §2º, do Decreto Estadual nº 26.182, de 24 de junho de 2021, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, faz referência a este princípio. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que busca a proposta mais vantajosa.

Foi pensando na finalidade e segurança da contratação, é que foram definidos os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência que foi devidamente aplicado nas análises realizadas em relação as propostas apresentadas, com apego as questões técnicas, definindo de forma clara e objetiva aqueles que atendiam ao pretendido ou não.

#### **Passamos a expor.**

Inicialmente, informo que em conformidade as art. 17, §2º do Decreto Estadual, nº 26.182/2021,

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

§ 2º No julgamento do recurso, **a análise do pregoeiro fica restrita às especificações indicadas pela Unidade requisitante no Termo de Referência**, devendo requerer informações a fim de subsidiar sua decisão, sempre que necessário.

Dito isto, após a fase de lance esta pregoeira convocou a referida empresa para que apresentasse propostas ajustada com seu devido catálogo, contendo todas as descrições do objeto para análise, conforme já narrado pela recorrente em recurso. Após o devido encaminhamento da propostas, os autos fora encaminhado pela secretaria demandante para análise do objeto, obtendo a seguinte resultado:

Despacho 0040064394

*"[...] considerando que os prospectos apresentados **não trazem a descrição técnica do objeto** que será entregue, e sim replica o contido no edital. Considerando que não fora anexado prospectos e **não foi possível localizar no site da empresa os modelos** a serem entregues a este órgão. Considerando que **torna-se impossível fazer uma análise com base nos documentos apresentados** pela empresa, uma vez que não trazem descrições, fotos ou quaisquer elementos que propicie uma análise. Considerando que ante as poucas documentações técnicas nota-se que são produtos de baixa qualidade, com relação a necessidade deste órgão. Considerando que no campo das descrições de marca e modelo, consta apenas informações vagas como: própria, SC e bota tática (nome genérico). "*

Vejamos o que consta em Edital, quanto a proposta, amostra e teste:

I - Propostas:

7.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

[...]

8.2.1.2. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta, que somente será pública após, à fase de lances.

[...]

11.5.1.1. Caso haja dúvida na especificação do objeto ofertado, a Pregoeira, antes da aceitação do item poderá convocar as licitantes que estejam dentro do valor estimado para contratação, para enviar a PROPOSTA DE PREÇOS, com o item devidamente atualizado do lance ofertado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, ANEXANDO NO SISTEMA COMPRASNET, DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO

II - Amostra:

*11.5.3.2.1. As amostras **deverão ser fornecidas pelas empresas provisoriamente classificadas em primeiro lugar no prazo de até 15 (quinze) dias, podendo o prazo ser prorrogado em até 10 dias, corridos após a sua aceitabilidade dos laudos, em horário comercial, no endereço: na SEJUS, Rio Cautário, 4º andar; Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470 das 08h às 13h30.***

III - Teste:

*11.5.3.2.2. As peças fornecidas serão submetidas a exame visual, incluindo medições pela comissão interna, para verificação de conformidade com os detalhes dos modelos e tamanhos estabelecidos nos anexos deste Termo de Referência.*

11.5.3.2.3. **Deverão ser fornecidas amostras** conforme tabela abaixo, sendo 1 (uma) unidade de cada tamanho indicado: Item Produto Tamanhos Total de amostras 1 Bota Tática Cano **longo 35, 40 e 44 e cinto tático tam P, M e G**

[...]

11.5.3.2.7. Os produtos apresentados como amostra deverão ter, obrigatoriamente, **as mesmas especificações técnicas constantes da proposta.**

11.5.3.2.10. As possíveis não conformidades apresentadas pelos materiais serão classificadas em:

a) crítica – não conformidade que pode produzir condições perigosas ou inseguras para quem usa ou mantém o produto. É também o defeito que pode impedir o funcionamento ou o desempenho de uma função importante de um produto mais complexo;

b) grave – não conformidade considerada não crítica que pode resultar em falha ou reduzir substancialmente a utilidade da unidade de produto para o fim a que se destina;

c) tolerável – não conformidade que não reduz, substancialmente, a utilidade da unidade de produto para o fim a que se destina, ou que não influi substancialmente no seu uso efetivo ou operação;

d) melhoria – não conformidade que prolonga a vida útil do produto ou aumenta o desempenho no uso ou operação para o fim ao qual se destina.

Em conformidade com Edital esta Pregoeira, após a etapa de lances, concedeu prazo para a apresentação de propostas ajustadas. Prosseguindo com o encaminhamento da proposta à Secretaria demandante para análise técnica do objeto ofertado. Após a análise técnica, na qual se constatou a recusa do produto em questão, o licitante em questão interpôs pedido de reexame do objeto ofertado, conforme evidenciado pelo Ofício - PROBRASIL INDÚSTRIA [1 e 2] (0040347788) constante nos autos do processo. Em resposta à solicitação, o referido pedido foi remetido à Secretaria demandante para reanálise. Na segunda reanálise da proposta, o resultado se manteve com a não aceitação do objeto, podendo ser verificado no Despacho (0040361458).

*"Nota-se, portanto, que é impossível acarear outros elementos descrito no edital, como por exemplo "; ALTURA DO CANO A PARTIR DO SOLADO DEVERÁ SER DE PELO MENOS 22 CENTÍMETROS; A BOCA DO CANO DEVERÁ SER ALMOFADADA; DEVERÁ TER SELAGEM NAS COSTURAS; O SOLADO DEVERÁ TER GARRAS MULTIDIRECIONAIS, DEVERÁ SER DO TIPO BI COMPONENTE, COM SISTEMA DE ISOLAMENTO TÉRMICO" ou "-PH: PH MÍN. 3,5 ; CIFRA DIF. MÁX. 0,7; - ABSORÇÃO DE ÁGUA: APOS 60 MINUTOS" ou as dimensões aproximadas. "*

Portanto, em uma segunda análise a Secretaria demandante, manteve seu posicionamento de que a empresa não atende ao solicitado no Termo de Referência, considerando as descrições de sua propostas. Assim, após o encerramento da licitação a empresa apresenta sua intenção recursal trazendo argumentos e pontos importantes em sua defesa.

Em atendimento ao recurso e visando sanar qualquer vício dos atos desta Pregoeira, a mesma solicitou da empresa PROBRASIL o devido encaminhamento para amostra de forma antecipada, solicitando que encaminhasse seus produtos à SEJUS, conforme edital. Assim, pode ser observado nos autos do processo, que a Secretaria por meio da SUJEUS-DAPP, realizaram os a análise das amostras e testes:

- Fotos amostra Probrasil (0045669196);
- Vídeos Probrasil (0045669426);
- Despacho (0045952237)

Ressalta-se que, após o recebimento das botas fornecidas pela empresa PROBRASIL, o setor técnico constatou que o objeto não estava em conformidade com as especificações estabelecidas no Edital. Tal constatação pode ser comprovada mediante o exame do relatório de amostra, o qual segue para análise.

No dia 18.01.24 o processo retornou com despacho da SUPEL solicitando parecer técnico desta Secretaria e informando que diligenciou junto à empresa recorrente solicitando a amostra do produto. No dia **30.01.24** chegaram nesta Diretoria 03(três) pares de coturnos nas numerações 35, 40 e 44, conforme fotos e vídeos anexos ID 0045669196 e 0045669426, assim como Laudo técnico.

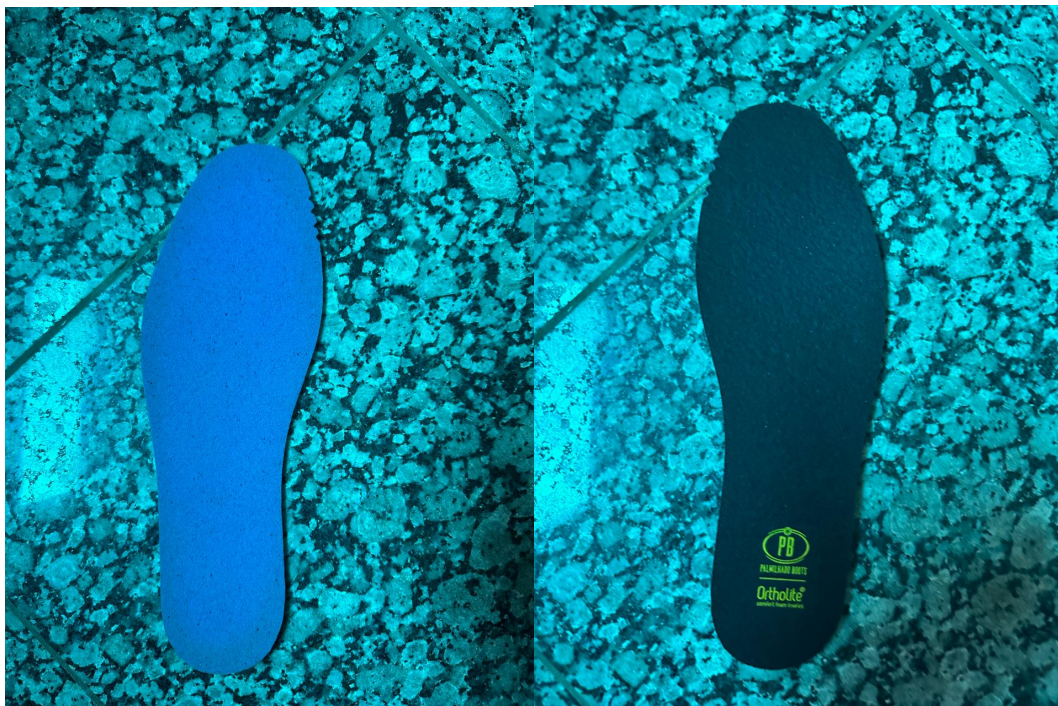
Conforme ao que preconiza ao Edital do Pregão Eletrônico a Comissão Interna, designada pela autoridade competente da Instituição, avaliou as amostras com base em todos os requisitos técnicos e especificações exigidas nos critérios de avaliação:

ITEM	EMPRESA	MARCA /MODELO	DOC	AMOSTRA
01	PROBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – EPP	Palmilhado/Palmilhado Ind e Com Ltda	0040059705	NÃO ATENDE ATENDE
02	PROBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – EPP	Palmilhado/Palmilhado Ind e Com Ltda	0040059705	NÃO ATENDE ATENDE

Passo a justificar os itens que não atendem, de acordo com a especificação técnica do objeto:

Palmilha: A PALMILHA DEVERÁ TER SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS E TECNOLOGIA DE DISPERSÃO DE CALOR;

Nota-se que o texto da descrição técnica do objeto requer um tecnologia na palmilha e que a palmilha enviada não tende, vejamos a palmilha enviada:



Vejamos agora uma palmilha com a tecnologia solicitada:





Outro ponto que cabe o desacordo trata-se da altura mínima exigida, veja o que diz o edital: ALTURA DO CANO A PARTIR DO SOLADO DEVERÁ SER DE PELO MENOS 22 CENTÍMETROS.

Agora vamos analisar o produto enviado:



No mais, resta notado que a empresa recorrente tecnicamente não atende o Edital. Outrossim, informo que os produtos está disponível para retirada, na SEJUS, no prazo do edital de 30 (trinta) dias corrido, caso não seja retirado no prazo regimentado será dado fins diversos.

Por se tratar de questão técnica, e tendo em vista a análise feita pelo órgão competente, concluindo o desatendimento aos requisitos editalícios, mantem o a desclassificação da empresa para o item 01 e 02.

No próximo ponto alega quanto ao dano ao erário caso se mantenha sua desclassificação. Neste ponto, não há de se falar em dano ao erário considerando que mesmo após a amostra a empresa nao atendeu ao solicitado em Edital.

Frisa-se que em relação aos aspectos técnicos partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

## V - DA DECISÃO

Em suma, sem nada mais evocar, pelas razões de fato e de direito acima expostas, certo que a Administração, em tema de licitação está vinculada ao princípio da legalidade, da razoabilidade e da eficiência e dos demais princípios que lhe são correlatos, bem como, das normas estabelecidas no instrumento convocatório **conhecemos do Recurso interposto pela empresa PROBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – EPP.**

A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão

Assim, a Pregoeira **DECIDE:**

1. Manter a decisão que **DECLASSIFICOU** a empresa **PROBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – EPP**, nos itens 01 e 02, bem como manter a **HABILITAÇÃO** da empresa **PROBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – EPP** para o referido itens.

Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

**CAMILA CAROLINE ROCHA PERES**

Pregoeira-ALFA/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Camila Caroline Rocha Peres, Pregoeiro(a)**, em 08/04/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0045934386** e o código CRC **AAB8EE52**.

**Referência:** Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0033.088633/2022-78

SEI nº 0045934386